

# **Ruanda: Raízes de um Conflito Político e Socio-Económico entre os Hutus e Tutsis.**

**Isaac António Diogo<sup>1</sup>**  
**(isaac20@outlook.pt)**

## **Resumo**

O Ruanda é um Estado que conheceu um grande conflito protagonizado por duas grandes etnias (hutu e tutsi), que marcaram de forma significativa a história do mesmo. A implantação do colonialismo, provocou consequências determinantes nas relações das duas etnias, que nunca foram tão estáveis, consubstanciaram-se num conflito, cuja escada elevou-se num dos maiores genocídios da história da humanidade. É neste contexto que, este artigo procura as causas profundas que levaram a eclosão deste conflito.

**Palavras-chave:** 1. Conflitos; 2. Genocídio; 3. Hutu; 4. Ruanda; 5. Tutsi.

## **Résumé**

Le Rwanda est un État qui a connu un grand conflit entre deux grands groupes ethniques (hutu et tutsi), qui en ont marqué significativement son histoire. L'implantation du colonialisme a eu des conséquences décisives sur les relations entre les deux groupes ethniques, qui n'ont jamais été très stables, s'engagent dans un conflit qui a dégénéré en l'un des plus grands génocides de l'histoire de l'humanité. C'est dans ce contexte que, cet article se pose d'analyser les causes profondes qui ont conduit au déclenchement de ce conflit.

**Mots-clés:** 1. Conflits; 2. génocide; 3. Hutu; 4. Rwanda; 5. Tutsi.

---

<sup>1</sup> Licenciado em Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Relações Internacionais Venâncio de Moura do Ministério das Relações Exteriores, em Luanda, no ano 2017. Centro de Estudos Africanos do Instituto Superior de Ciências Sociais e Relações Internacionais (CIS). Luanda. 2019.

## Introdução

O Ruanda é um Estado, que desde cedo conheceu clivagens entre os hutus e os tutsis, que apesar destas, não eram as etnias originárias da região, sendo os primeiros, os twas. As clivagens entre eles provinham da superioridade financeira dos tutsis, que eram pastores, face aos hutus, que eram agricultores.

As relações entre elas eram, ora pacíficas, ora conflituosas. Mas, ainda assim, as duas, coabitavam num território regido por normas que os regulavam. Os maiores problemas entre as duas etnias, começaram com os primeiros contactos com os europeus, especificamente, os alemães, ocorrido após a Conferência de Berlim realizada entre 1884 e 1885.

Após a Primeira Guerra Mundial, a derrota da Alemanha implicou a perda deste território que passou a ser tutelado pela Bélgica sob o mandato da Sociedade das Nações (SDN). A chegada dos belgas, constituiu o marco das posteriores e sucessivas relações conflituosas entre as duas etnias, pois a política de “dividir para melhor reinar”, originou a criação e implementação das chamadas “Reformas *Voisin*”, onde os tutsis, que eram considerados os mais inteligentes e moldados em relação aos hutus, receberam uma parte dos poderes políticos e económico por parte dos belgas.

Os tutsis, movidos pelo sentimento de superioridade económica e política, humilharam de forma sucessiva os hutus, gerando sentimento de ódio. Em 1959, a eclosão da Revolução Social Hutu, levou a independência do Estado Ruandês, sob liderança de Grégoire Kayibanda.

A chegada dos hutus ao poder marca o início de sucessivos massacres, chegando mesmo a atingir o ponto crucial quando no dia 6 de Abril de 1994, ocorreu um acidente aéreo que originou a morte dos presidentes do Ruanda e do Burundi, Juvénal Habyarimana e Cyprien Ntaryamira, respectivamente. Este evento provocou graves consequências nas relações entre

as duas etnias, originando o genocídio de Ruanda, que provocou a morte de mais de 800.000 pessoas, de ambas as etnias.

Nesta senda, o presente artigo tem por objectivo, analisar as causas profundas de um conflito duradouro, que opôs, por um lado, os hutus e por outro, os tutsis. Trata-se de um tema de extrema importância pelo facto dos conflitos no Ruanda entre duas etnias que durante muito terem sido por poder e pelas terras, e muitos estudiosos terem analisado somente pelas causas étnicas. Daí o interesse em demonstrar que as causas profundas do mesmo, são políticas e socio-económico uma vez que, as duas etnias sempre disputaram por poder. Para a prossecução da pesquisa, levantou-se o seguinte problema: quais foram as causas profundas que estiveram na base da eclosão desse conflito que perdurou tantos anos?

Para responder ao problema, far-se-á inicialmente uma contextualização das teorias gerais de conflitos, associadas ao conflito ruandês, seguidos pelos antecedentes históricos dos conflitos entre os tutsis e hutus, desde a época pré-colonial até a colonial, a posterior, os factores que motivaram o processo de independência do Ruanda, culminando com uma análise em torno das implicações políticas e económicas que estiveram na base destes.

## **1. Enquadramento teórico dos conflitos no caso ruandês**

Desde então os seres humanos enquanto seres sociais, sempre envolveram-se em diversos conflitos, sejam por motivos políticos e económicos. Estes conflitos não se desenrolavam somente entre tribos ou reinos, mas também, entre indivíduos do mesmo reino, tendo em consideração a incompatibilidade dos seus interesses e a luta pelo poder político ou económico de um Estado.

É neste contexto que Fernando Rios na sua definição se refere que, o conflito é qualificado como uma situação ou relação conflituosa, quando existem dois ou mais participantes individuais ou colectivos que, ao

interactuarem, demonstram condutas internas e externas incompatíveis que acarretam o exercício do poder de um sobre o outro, com o fim de prevenir, obstruir, interferir, prejudicar, ou tornar menos provável ou menos efectiva a incompatibilidade de metas, valores, posições, meios, estratégias ou tácticas e num ambiente de ausência, livre interpretação ou transgressão de normas (Rios *apud* Cunha, 2001, p.23).

Os conflitos geralmente, são analisados de acordo com os paradigmas. Assim, podemos classificar quatro (4) tipos de patamares, que são:

1) O patamar da não guerra: consiste numa situação de crise, onde cada parte procura dissuadir a outra, mas não utilizando meios violentos;

2) O patamar da violência sem guerra: é quando são realizados vários actos utilizando meios violentos, mas sem uma declaração de guerra. Tratam-se dos casos de insurreição, revolução, actos terroristas, golpes de Estado, entre outros;

3) O patamar da guerra sem violência: corresponde ao momento onde as partes têm preparados os meios militares e chegam até a efectuar algumas manobras militares, mas não chegam a uma confrontação directa. E por fim;

4) O patamar da guerra violenta: é quando há uma confrontação directa entre dois ou mais intervenientes, utilizando todos os meios bélicos, cujo objectivo é eliminar os adversários (Oliveira, 2016).

A contextualização do conflito ruandês nos patamares carece de mais atenção, devido ao facto, em há momentos se caracterizar numa guerra sem violência, por se tratar de uma crise onde a nova elite política formada por hutus, atacavam violentamente os tutsis, massacrando-os como forma de vingança sem uma declaração de guerra e sem a utilização de meios bélicos como tal. Em outros momentos, uma guerra violenta, levando em consideração o surgimento da Frente Patriótica do Ruanda (FPR), e a posterior, o eclodir da Guerra Civil, onde os tutsis reivindicavam o direito de terra, a partilha do poder e a tomada de

Kigali, onde estes utilizaram meios bélicos, tendo no primeiro caso declarado uma guerra aberta contra o Governo de Habyarimana.

## **2. Localização geográfica do Ruanda**

A República do Ruanda é um Estado geograficamente localizado na Região do Grandes Lagos, com uma superfície total de 26.338 km<sup>2</sup>. Partilha as suas fronteiras, ao Norte, com a República do Uganda, a Sul, com a República do Burundi, ao Leste, com a República Unida da Tanzânia e ao Oeste, com a República Democrática do Congo. Tem como capital a cidade de Kigali. (Gisele, 2011, pp. 11-12).

É um Estado cuja a população está estimada mais de 12 milhões da sua densidade populacional, distribuído em três etnias, nomeadamente hutu (80%), tutsi (18%) e twa (2%). Apesar da sua economia ter sido afectada fortemente por causa dos grandes massacres que culminaram com um Genocídio, actualmente o país tem apresentados um grande índice no seu crescimento económico, com o Produto Interno Bruto de 8,9, segundo o Banco Nacional de Ruanda. Ainda assim, uma grande parte dela é dependente da agricultura de subsistência, com os principais produtos como, o café e o chá.

Para melhor compreensão das causas profundas que levaram a eclosão do conflito entre as duas etnias, far-se-á na sequência uma análise do período pré-colonial até à colonização do território ruandês para perceber quais as motivações que estão por detrás desta rivalidade.

## **3. Do período pré-colonial à colonização do território ruandês**

Ruanda é constituído de facto, por três etnias, como foi descrito no ponto anterior, mas a sua história foi protagonizada por etnias que não eram sequer oriundas da região. Os capítulos mais importantes da sua história começam com a chegada destas etnias na época que antecede a colonização. E, é

onde começam a desenrolar as relações entre ambos no período pré-colonial posteriormente o colonial.

### **3.1. O Ruanda pré-colonial**

Os povos que habitam actualmente no Ruanda, na sua maioria das etnias hutus e tutsis, mas não são originários deste, encontrando-se outrora habitado somente por uma Etnia designada por twas<sup>2</sup>. De facto, os primeiros a chegarem a região da África Central foram os hutus de etnia bantu, entre os anos 500 e 1000 d.C, seguidos pelos tutsis, de origem nilótica<sup>3</sup>, que chegaram à mesma região, entre os anos 1400 a 1700 d.C (Ferreira, 1998, p.13).

A partir daí, estavam lançadas as bases para relações entre as duas etnias que mais tarde viriam a desencadear um conflito em torno do poder no Ruanda. Inicialmente, as relações eram pacíficas, mas desiguais em termos financeiros. Desiguais, porque os hutus praticavam a agricultura de subsistência, enquanto os tutsis o pasto, que exprimia a grande fonte de riqueza.

Apesar de constituírem etnias diferentes, ao longo das suas relações, a questão étnica deixou de ser aplicada literalmente, passando a ser aplicada segundo a aquisição de bens. Ou seja, quando um hutu adquirisse riqueza suficiente, (pelo menos 10 cabeças de gados), tornava-se um tutsi. Por outro lado, um tutsi que perdia toda riqueza tornava-se um hutu (Ferreira, 1998, pp.13-14).

Antes do período colonial as relações entre as duas tribos eram relativamente pacíficas (apesar de, nalgumas vezes serem marcadas por alguns conflitos) e, com o passar do tempo, foram se estabelecendo algumas normas e costumes para reger as mesmas, permitindo a criação de um clima de tolerância e interdependência, que permitiu aos dois, desenvolverem relações pacíficas e

---

<sup>2</sup> Os twas são considerados os originários da região do Ruanda. Têm como principal actividade a caça.

<sup>3</sup> Nilóticos são povos indígenas originários do vale do Nilo, que falam lingua nilótica, que devido a procura de novas condições de vida, emigraram para a Região dos Grandes Lagos.

destas resultaram inúmeros casamentos entre indivíduos das duas etnias (Ferreira, 1998, pp.15-19).

A natureza destas relações, não impediu que houvesse uma superioridade e concentração do poder por parte tutsi, pois, tratava-se de uma etnia que concentrava o maior poder face aos agricultores de origem hutu, e os caçadores de origem twa.

Gadualmente, estas relações começaram a deteriorar-se, na medida em que os líderes tribais ascendiam ao poder, incitavam o ódio entre os dois povos. Patrícia Magalhães Ferreira, no seu livro “O Conflito na Região dos Grandes Lagos”, ilustra um caso típico do fomento deste ódio. Trata-se do chamado “Carniceiro dos tutsis”, testemunhado no final do século XIX, no qual um líder tribal de origem hutu, acumulando ódio pelos tutsis, atacou, em conjunto com os seus apoiantes, o Noroeste do território, onde massacrou um grande número de tutsis (Ferreira, 1998, p.13).

É importante salientar que, as relações pacíficas entre as duas tribos eram bastantes frágeis atendendo as suas desigualdades económicas. Apesar de criarem normas que permitiram o casamento entre as duas etnias, estas desigualdades sempre criaram momentos de tensão entre as mesmas. A colonização do território, veio elevar a escalada de conflitos existentes entre as mesmas, pois, a política de “dividir para melhor reinar”, foi aplicada neste, onde os Tutsi tornaram-se predominantemente privilegiados.

### **3.2. O período colonial**

A presença dos europeus em África, veio abrir um novo ciclo nas relações internacionais, pois, a partir daí os povos africanos passaram a ter relações comerciais com os mesmos, que eram caracterizadas pelo comércio de escravos, marfim e outros produtos, em troca de alguns utensílios vindos da Europa, como espelhos e missangas.

As relações eram desenvolvidas em pé de igualdade enquanto actores das relações internacionais. Porém, quando os europeus se aperceberam das riquezas que o continente ostentava, estas relações passaram de pacíficas, para conflituosas, com recurso às guerrilhas, com a finalidade de ocupar os territórios africanos.

Coincidentemente, no século XVIII ocorre a Revolução Industrial, que deu origem à máquina, a locomotiva e o barco a vapor. Entretanto, era o continente africano, o que tinha recursos para manter o funcionamento das máquinas que impulsionariam o desenvolvimento das economias europeias, levando as principais potências a disputarem os territórios africanos (Delacroix, Dosse, Garcia & Offenstadt, 2010, pp.1214-1222).

Nesta senda, entre os anos 1884 a 1885, foi organizada a Conferência de Berlim, onde os Estados europeus que nela participaram, partilharam entre si o continente africano, sem o consentimento do seu povo, marcando assim, o fim do tráfico de escravos e o início da implementação do colonialismo<sup>4</sup>.

O Estado do Ruanda foi colonizado inicialmente, pelos alemães, que chegaram pela primeira vez ao território, através do Conde Gustav Von Gotzen, em 1894. No ano de 1899, a Alemanha anexou o Burundi e criou o chamado Ruanda-Urundi. O domínio alemão foi muito breve, de modo e não trouxe alterações profundas no sistema social, político e administrativo destes territórios (Silva, 2016, p. 6).

Com o final da Primeira Guerra Mundial, a Alemanha e os seus aliados acabaram derrotados e, durante a realização da Conferência de Versalhes, os territórios que outrora lhe pertenciam, passaram para a tutela do

---

<sup>4</sup> A conferência de Berlim, foi realizada de 1884 a 1885, sob auspício de Otto Von Bismark, onde participaram 14 países. Tinha por objectivo estabelecer as regras de colonização e partilhar de maneira efectiva o continente africano.

Reino da Bélgica, sob mandato oficial da Sociedade das Nações (SDN) nos termos do seu 22º Artigo<sup>5</sup>.

A verdadeira separação e problemas de superioridade entre os hutus e os tutsis, começaram com a chegada dos belgas na região. No intuito de continuar a administração dos territórios antes controlados pela Alemanha, os belgas optaram por uma colonização indirecta. Desta forma, entre os anos 1926 a 1931, os belgas implantaram as “Reformas *Voisin*”, criadas pelo governante Charles Voisin, que tinha por objectivo, transferir o poder do monarca para os chefes locais; reorganizar a autoridade do poder local para extinguir qualquer responsabilidade perante as respectivas comunidades e *racializar* as autoridades locais (Resende, 2011, p.32).

Os belgas, bem como a igreja Católica concluíram que era conveniente dar o poder aos tutsis, como afirma um bispo da igreja católica, nos anos 1930, citado por Patrícia Magalhães Ferreira, que no seu parecer dizia o seguinte “não teremos chefes melhores, mais activos e mais inteligente do que os batutsis. Eles são os únicos que estão melhor habilitados a compreender o progresso e aqueles que a população precisa. O governo deve trabalhar principalmente com eles ” (Ferreira, 1998, pp. 18-19.).

A partir daí, para a sua reorganização administrativa, os belgas transferem uma parte do seu poder político e económico aos tutsis, que eram considerados mais inteligentes e moldados em relação aos hutus. Estudos provam que, até a Revolução Social Hutu, de 1959, haviam no poder do Ruanda 45 chefes e 559 sub-chefes tutsis (Resende, 2011, pp.32-33).

---

<sup>5</sup> Os princípios seguintes aplicam-se às colónias e territórios que, em consequência da guerra, cessaram de estar sob a soberania dos Estados que precedentemente os governavam e são habitados por povos ainda incapazes de se dirigirem por si próprios nas condições particularmente difíceis do mundo moderno. O bem-estar e o desenvolvimento desses povos formam uma missão sagrada de civilização, e convém incorporar no presente Pacto garantias para o cumprimento dessa missão.

O melhor método de realizar praticamente esse princípio é confiar a tutela desses povos às nações desenvolvidas que, em razão de seus recursos, de sua experiência ou de sua posição geográfica, estão em situação de bem assumir essa responsabilidade e que consistam em aceitá-la: elas exerceriam a tutela na qualidade de mandatários e em nome da Sociedade.

O controlo de terra que era atribuído geralmente a um hutu, passou para o controlo dos tutsis, nomeados pelos belgas. Os hutus, alimentados pelo sentimento de inferioridade, começaram a desenvolver ódio pelos tutsis, incluindo os que eram pobres como eles. Foi esse sentimento que alimentou os massacres no período pós independência, com a chegada dos hutus ao poder.

Os belgas discriminaram social e sistematicamente o povo hutu, chegando ao ponto de os retirar aos mesmos todos os direitos políticos criar bilhetes de identidades onde constavam as respectivas etnias, um território onde o favoritismo pertencia aos tutsi, deixando-os somente concorrer à cargos religiosos.

Durante este tempo o sentimento de superioridade racial dos tutsis resultou em sucessivas humilhações aos hutus e estes eventos foram aumentando gradualmente o ódio daqueles pelos primeiros até que em 1959, o Movimento Social Muhutu (MSM), chefiado por Grégoire Kayibanda, perpetrou a Revolução Social Hutu e ascendeu ao poder do recém-proclamado Estado, como veremos na secção posterior.

#### **4. A independência do Ruanda**

Como acima referido, a Revolução Social Hutu, marcou o fim da colonização e o surgimento do Estado Ruandês. Nos anos que antecederam este período, alguns intelectuais hutus começaram a desenvolver algumas ideias com a finalidade de a sua etnia ser mais valorizada e alcançar um equilíbrio no sistema político da colónia belga.

A situação humilhante e de trabalhos forçados em que os hutus eram submetidos, levou à Igreja católica, que possuía uma grande influência na política ruandesa, executar algumas iniciativas que visavam a realização de reformas para que os hutus pudessem perceber que não havia, nenhuma inferioridade por parte deles, mas sim, igualdade.

Uma destas iniciativas, foi a realização de diversos seminários, qual contaram com a presença de vários líderes hutus. Estes seminários influenciaram de forma significativa para que estes líderes despertassem e se consciencializassem dos mesmos direitos e oportunidades.

Como consequência, surgiu o “Manifesto Bahutu”, criado em 1957, criado por um grupo de intelectuais hutus, onde se denunciou a humilhação e inferioridade sócio-económica hutu, afirmando o seguinte “o problema é que basicamente o monopólio político transformou-se num monopólio económico e social e, dada a selecção de facto na escola num monopólio cultural, que condena os desesperados Bahutus a serem para sempre trabalhadores subalternos” (Nkundabagenzi, 1961, pp. 22-24).

Isto demonstra, que o problema entre os hutus e os tutsis residia na questão política, social e económica, não étnica, pois, a cedência do poder aos tutsis por parte dos belgas e, posteriormente, o ódio alimentado pelos hutus, como resultado das humilhações sofridas, motivaram os mesmos a buscar mecanismos para depor a elite tutsi.

O Manifesto Bahutu revolucionou de forma significativa a mentalidade dos hutus e, como consequência, surgiram diversos movimentos, que tinham como objectivo comum ascender ao poder do Estado, como o MSM, posteriormente designada por Partido do Movimento de Emancipação Hutu (PARMEHUTU), criado por Grégoire Kayibanda e a Associação para a Promoção Social das Massas (Nkundabagenzi, 1961, p. 24).

O apoio dos belgas aos tutsis começou a deteriorar-se quando em 1959, foi fundada a União Nacional Ruandesa (UNAR), pelos conservadores monárquicos. Tendo em consideração o contexto da Guerra Fria, este grupo restrito, passou a receber apoio directo da União das Repúblicas Socialistas e Soviéticas (URSS), e adquiriu a ideologia socialista, entrando em desacordo com os colonos que possuíam a matriz capitalista.

Os belgas, com o receio de perderem a influência capitalista a favor dos socialistas, promoveram a criação da União Democrática Ruandesa (RADER), que nunca foi reconhecida pelas elites ruandesas.

#### **4.1. A Revolução Social Hutu como factor catalisador da independência ruandesa**

A partir de 1959, começaram as tensões entre os dois grupos étnicos, na decorrência de uma desinformação em torno da morte de um integrante do PARMEHUTU, que tivera sido atacado pelos integrantes da UNAR, o que despoletou um conflito entre ambos. Os problemas políticos entre as duas partes transformaram-se num problema social, caracterizado por ataques sucessivos entre civis das duas etnias (Straus, 2006, p. 185).

É importante salientar que o conflito não abrangeu como tal a vertente étnica, ou seja, os revolucionários hutus almejavam o poder para acabar com todas as humilhações e depor a elite tutsi. A vertente étnica aparece como uma causa imediata, tendo em consideração os conflitos pelo poder levados a cabo por elites de diferentes etnias. Por exemplo, os hutus que passaram a designar-se tutsis por aquisição de cabeças de gado, que eram designados por hutus moderados, eram igualmente massacrados pelos elementos da sua etnia.

As tensões foram chamadas de “Revolução Social Hutu” onde a elite hutu lutava para ascender ao poder, enquanto a elite tutsi lutava para não perder os privilégios adquiridos durante várias décadas. Os belgas, apercebendo-se que o grupo por eles patrocinado não conseguia impor-se face a elite tutsi de matriz socialista, suspenderam o seu apoio a esta e começaram a apoiar os hutus.

Foi assim que, os belgas decidiram retirar todos dos representantes tutsis do poder, considerando-os traidores e transferindo esse poder para os hutus, em 1960. Com os hutus no poder, o sentimento de ódio pelos tutsis foi utilizado para começar uma perseguição, tendo estes se refugiado

aos territórios vizinhos, nomeadamente, República Democrática do Congo, Burundi e Tanzânia.

Em 1960, foram organizadas eleições locais, onde o PARMEHUTU obteve 160 vitórias nas comunidades, das 229 existentes, marcando assim o fim da revolução. Apesar do término da revolução, os massacres e os confrontos entre as duas etnias continuavam, pois, quando os conflitos atingem a vertente social, torna-se mais difícil a sua resolução (Araújo, 2012, pp. 38-39).

Tendo em consideração a situação conflituosa em que o território se encontrava, a Comissão das Nações Unidas para a tutela do território, interveio, exigindo à Bélgica, na qualidade de administrador do território que encontrasse um mecanismo de paz. Em função disso, em Janeiro de 1961, foi realizada uma reunião entre o responsável militar da Coroa belga, Coronel *Logiest*, o líder do PARMEHUTU, Grégoire Kayibanda e mais 300 representantes comunais, onde foram analisados os moldes da concessão da independência (Ufford, 2009, p. 2).

No final da reunião, concluiu-se que devia se abolir a monarquia, e realizar as eleições para posteriormente declarar-se a independências do território. Neste contexto, foram realizadas as eleições, onde mais uma vez, o PARMEHUTU venceu com 80% dos votos face aos 17% da UNAR e assim, foi abolida a monarquia e proclamada a República do Ruanda, no dia 1 de Julho de 1962 (Ufford, 2009, p. 2).

## **5. Os conflitos no período pós-independência no Ruanda**

A independência do Ruanda em 1962 não constituiu um factor de desanuviamento das tensões, pelo contrário, a presença dos hutus no poder político daquele Estado trouxe consigo grandes consequências, que levaram a eventos marcantes, como a perseguição tutsis. (Beny. 2005, p.64).

Com a perda da influência política os tutsis, movidos pelo medo, começaram a traçar mecanismos para recuperar o poder político e económico do Estado. Seu primeiro contra-ataque, ocorreu em 1963, quando a partir da fronteira do Burundi, tentaram tomar o poder. A carência de materiais bélicos, bem como a falta de apoio, ditou a sua derrota perante os hutus, que eram fortemente apoiados pelos belgas (Fonseca, 2010, pp. 63-65).

Em 1966, os tutsis que estavam no Burundi, com receio de que pudesse eclodir um novo massacre, pararam o seu segundo contra-ataque. Por outro lado, o conflito no Ruanda começou a causar grandes reflexos no território burundês, tendo a elite tutsi (que por sinal era a dominante na época), ameaçado retaliar a população hutu. Nesta senda, em 1972, mais de 100 mil hutus foram assassinados, tendo os outros emigrados para o Ruanda (Lemarchand, 2002 pp. 3-7).

Os conflitos entre as duas etnias movimentaram cidadãos de vários estratos sociais (tais como, políticos, camponeses, operários), levando os Estados ao caos. Foi neste contexto que, surgiu a figura de Juvénal Habyarimana, chefe do exército do presidente Kayibanda, incumbido de organizar mecanismos de defesa contra os tutsis. No dia 5 de Julho de 1973, perpetrou um golpe de Estado que o conduziu ao poder (Araújo, 2012, p. 42).

A presença de Habyarimana no poder, contrário ao Kayibanda, trouxe o desanuviamento dos conflitos, que já haviam passado de políticos e económico para sociais. Habyarimana reduziu significativamente os massacres contra os tutsis, que por sua vez, eram excluídos e não beneficiavam de nenhum privilégio, apenas existiam quatro deles a exercer alguns cargos sem relevância, sendo: um prefeito e três padres. Habyarimana restaurou a paz internamente e como consequência, foi eleito para um mandato (Araújo, 2012, pp. 42-43).

O que estava em jogo, não era questão de paz ou estabilidade interna entre as duas etnias, num Estado governado pelos hutus. A elite tutsi tinha o desejo de restaurar o poder que durante muitas décadas esteve na sua

posse. Por esta razão, os mesmos, acompanhados de extremistas hutus, com ajuda do Youeri Kaguta Museveni, actual presidente do Uganda, fundaram em 1990, a Frente Patriótica do Ruanda (FPR) e, posteriormente, invadiram o norte de Ruanda.

### **5.1. Da Guerra Civil ao fracasso dos acordos de Arusha**

As políticas adoptadas por Habyarimana, apesar de favorecerem maioritariamente os hutus, não iam de acordo com os interesses de alguns extremistas e partidos da oposição da mesma etnia, razão pelo qual, foi alvo de tentativas de dois golpes de Estado e mais tarde alguns dos seus opositores aliaram-se a FPR, aquando da invasão ao Norte do Ruanda.

Anos antes da invasão, alguns Estados como o Uganda, tiveram a iniciativa de negociar o repatriamento de refugiados para o Ruanda, mas o presidente Habyarimana mostrou-se pouco interessado, defendendo a incapacidade do seu território para acolher todos os Ruandeses.

Nesta senda, em Outubro de 1990, na sequência das reivindicações pelas terras por parte tutsis, assistiu-se a eclosão de uma Guerra Civil, quando a FPR invadiu a partir das fronteiras do Uganda, o Norte do Ruanda, exigindo direito à terra e à implantação de um sistema multipartidário que permitisse a partilha do poder entre as duas etnias (Pabanel, 1994, p.7).

Observa-se que em todas as intervenções feitas pelos tutsis, de forma directa ou indirecta, sempre reivindicaram o poder que estava nas mãos dos hutus e, que os massacres a que os seus companheiros eram submetidos, foram convenientes para que os mesmos pudessem aspirar o seu regresso ao poder. Por outro lado, os interesses políticos dos tutsis e dos opositores de Habyarimana, levaram uma a criação de uma aliança, com a finalidade de o deporem e, posteriormente, partilharem o poder.

Após dois anos de Guerra Civil, a Sociedade Internacional (SI) interveio no conflito, começando com uma sessão de negociações, em Bruxelas

e Paris, entre a FPR e outros partidos que compunham o Governo, com a finalidade de encontrar uma concertação entre as partes envolvidas no conflito bélico, tendo assim, começado o processo para a assinatura do acordo de Arusha (Tanzânia), que levou alguns anos para chegar a uma conclusão (Pabanel, 1994, pp.7-8).

Apesar dos vários impasses, marcados pela escalada do conflito e não cumprimento de inúmeros pontos discutidos durante as negociações, no dia 4 de Agosto de 1993, foram assinados entre a FPR e o Governo, os acordos de Arusha, que tinham como principais desafios: a inclusão dos integrantes do grupo Tutsi, no exército; a criação de um sistema multipartidário, que permitisse a partilha do poder entre as duas etnias, o repatriamento dos refugiados, entre outros (Pabanel, 1994, p.8).

Nos anos posteriores, a implementação dos acordos estava distante de acontecer, por isso, ocorreu uma manifestação protagonizada pelos populares tutsis, pelo facto de o Governo de Habyarimana discordar de vários pressupostos analisados durante as negociações, atrasando a sua assinatura. Quando estes foram assinados, as possibilidades da sua implementação começaram a reduzir-se substancialmente.

Os esforços envidados para a inclusão da FPR eram ineficazes; a questão concernente ao repatriamento dos refugiados não recebia atenção devida; a partilha do poder entre o Governo e a FPR, bem como outros envolvidos na Guerra Civil, significava uma limitação nas competências do presidente Habyarimana, levando ao atraso da sua implementação. Ou seja, os pontos mais importantes das negociações que resultaram nos acordos de Arusha, foram todos desrespeitados e não implementados no seu verdadeiro sentido, constituindo um dos grandes motivos do seu fracasso (Baptista, 2010, p.6).

Para tentar reverter a situação, a Organização das Nações Unidas (ONU), interveio através da implementação da *United Nations Assistance Mission for Ruanda*-Missão de Assistência das Nações Unidas para o Ruanda

(UNAMIR), mas a não atenção a materialização dos pontos acordados, culminando com o trágico acidente aéreo, no dia 6 de Abril de 1994, que vitimou os presidentes hutus do Burundi e do Ruanda, Cyprien Ntaryamira e Juvenal Habyarimana, respectivamente, e que provocou uma grande tensão, que conseqüente originou no “Genocídio do Ruanda” (Bernardo 2011, p. 1).

## **5.2. O Genocídio do Ruanda e a Retomada do poder pelos Tutsis**

A situação política no Ruanda antes do genocídio foi marcada por contendas entre o Governo de Habyarimana, que enfrentava uma grande crise económica e os seus opositores, que objectivaram depô-lo através de duas tentativas falhadas de golpe de Estado, pelo facto de não concordarem com a sua forma de actuação mediante aos tutsis.

Após a assinatura dos acordos por Habyarimana, todos os pontos debatidos, como a inclusão da FPR no exército, o regresso dos refugiados, bem como a divisão do poder entre as duas etnias não chegaram a sua materialização devido à falta de vontade política por parte do Governo.

Quando ocorre o trágico acidente que vitimou os dois presidentes, indagações sobre os protagonistas do ataque começaram a surgir no seio dos apoiantes de Habyarimana. Analisaram a possibilidade dos protagonistas serem os opositores extremistas hutus, os dissidentes hutus, os tutsis, ou alguns membros da guarda presidencial.

A falta de certeza sobre os protagonistas dos assassinatos, levou os apoiantes de Habyarimana, a considerarem todos como culpados e, criarem a chamada “Lista da Morte”, que foi uma lista de onde constavam todos os alvos a abater. Esta não colocava somente os tutsis, mas também extremistas hutus, os integrantes dos partidos da oposição e todos os hutus moderados, excluindo a factor etnicidade como a causa do genocídio, dando enfoque ao factor político que mais tarde atingiu a vertente social (Ferreira, 1998, p. 52 ).

A partir da lista que fora previamente preparada por militares, levaram a cabo uma “caça ao homem”, tendo, em pouco tempo, eliminado todos os altos funcionários do Estado e muito sacerdotes. O caos estava espalhado por todo lado. Cidadãos tutsis, hutus moderados e até mesmo hutus eram mortos sem precedentes, tendo, em cinco dias, atingido o número de vinte mil mortos (Ferreira, 1998, p. 49).

A situação estava fora do controlo, com membros das duas etnias, os detentores do poder e muitos canais de rádio a incitarem a violência. A crise tornou-se étnica como causa imediata, pois estes pretextos foram utilizados para ocultar os reais interesses políticos. Enfatiza-se que, o conflito entre os hutus moderados e hutus criou uma divisão no seio do Governo, e a partir daí foram arquitectados os sucessivos assassinatos de forma a serem alcançados objectivos políticos.

A FPR olhando para a situação em que se encontrava o Ruanda, organizou uma ofensiva no dia 7 de Abril na parte Norte, tendo como justificativa a defesa do povo tutsi. Porém, um dos grandes interesses deste grupo formado por tutsis e extremistas hutus, foi o alcance do poder (Morel, 2017, pp. 15-19).

O poder político no Ruanda encontrava-se fragilizado, pelo facto de todas as suas figuras principais terem sido assassinadas. Foi através de uma visão estratégica que a FPR se aproveitou desta fragilidade para tomar o poder, pela da batalha para o controlo de Kigali.

Enquanto isso, o número de assassinatos foram aumentando gradualmente e, os refugiados deslocavam-se para o Leste da RDC. A medida em que a FPR ia ganhando espaço, os hutus igualmente fugiam para a mesma região onde mais tarde continuaram as matanças entre ambos.

Após a conquista do aeroporto de Kigali, bem como da sua própria capital, os tutsis sagraram-se vencedores e anunciaram o fim da guerra no dia 18 de Julho de 1994. Assim, foi criado o Governo de Unidade Nacional,

composto por um hutu moderado, Faustin Twagiramungu, como Primeiro Ministro e o Presidente Pausteur Bizimungu, que era um membro da FPR e como Vice-Presidente e Ministro da Defesa, Paul Kagamé, o actual presidente da República (Ferreira, 1998, p. 49).

O conflito no Ruanda terminou com a vitória dos tutsis, bem como a sua assumpção ao poder político, que durante muito tempo os pertenceu. Desde o alcance da independência, a elite tutsi lutou de forma incessante para retomar o poder. Aproveitando-se dos conflitos no seio do Governo hutu, bem como o descontentamento de muitos cidadãos da mesma etnia, os tutsis atacaram de forma organizada e eficaz a estrutura de poder hutu, tendo alcançado os objectivos preconizados.

Nos anos posteriores elaboraram-se estratégias, com vista a reconstrução das estruturas básicas, a criação de uma convivência saudável e inclusiva entre as duas etnias, bem como, a restauração da identidade política, social e económica do Estado. Por outro lado, o encontro entre os hutus no Leste do Congo e os tutsis refugiados há algum tempo e sem o reconhecimento do então Presidente da República Mobutu Sesse Seko, incitou a continuação dos massacres, obrigando vários Estados, como foi o caso do Burundi, Ruanda, Uganda, entre outros, a intervirem de modo que teve início neste a Primeira Guerra do Congo entre 1996 e 1997.

## **Conclusão**

Na sequência da análise relativa às “Raízes do conflito político, económico e social no Ruanda ”, tendo em consideração o problema levantado no início deste texto, nomeadamente, “as causas profundas da eclosão dos conflitos entre os hutus e tutsis no Ruanda”, conclui-se que, estes conflitos decorreram devido à factores políticos e económicos e em alguns momentos, sociais, pelos seguintes eventos:

1- Após a chegada dos tutsis no Ruanda entre os anos de 1400 a 1700 da nossa era, começaram as clivagens entre tutsi e os hutus. O facto desta etnia possuir superioridade económica, em decorrência de serem praticantes da pastorícia, que era considerada a expressão de riqueza da época, levou-os a ditar regras em seu favorecimento, transformando as relações em alguns momentos em pacíficas e em outros conflituosas;

2- Nessas relações o factor étnico não era aplicado no seu sentido literal, sendo que um hutu podia se tornar tutsi se adquirisse riqueza suficiente, expressa em 10 cabeças de gado e, em contrapartida, um tutsi podia tornar-se hutu, se perdesse toda a sua riqueza, excluindo o factor étnico como causa do conflito;

3- A colonização alemã, e a posterior belga aumentaram as clivagens que já existiam entre eles, pois através da política “dividir para melhor reinar” foram adoptados princípios que permitiram a cedência de metade da soberania aos tutsis, pelas suas qualidades. Estes movidos pelo sentimento de superioridade, submetiam os hutus a trabalhos forçados e humilhantes, contribuindo para o aumento do ódio daqueles contra si;

4- A criação da elite hutu e o seu desejo pelo poder, levou os mesmo a criarem vários movimentos, com o enfoque no MSM, posteriormente designado PARMEHUTU, chefiado por Grégoire Kayibanda, que conduziu a Revolução Social Hutu de 1959, que consubstanciou-se na independência do território ruandês, colocando os hutus no poder do Estado independente e soberano;

5- Os conflitos pós-independência começam com os hutus a massacrar os tutsis, como vingança pelas humilhações sofridas levando-os a emigrarem para os Estados do Uganda, da Tanzânia, da RDC e do Burundi. As tensões aumentavam e atingiu-se em efeito dominó ao Burundi, cuja a etnia dominante era tutsi. Uma vez que, massacraram também os hutus, obrigando-os a refugiar-se no Ruanda;

6- A elite tutsi que havia refugiado-se no Uganda, com o objectivo de retornar ao poder que durante muitas décadas os pertenceu, criou em conjunto com alguns dissidentes hutus a FPR e em 1990, começaram uma Guerra Civil, sob o pretexto de retornar a pátria, mas com interesses pela partilha do poder. O conflito terminou em 1993, com a assinatura dos Acordos de Arusha que nunca foi materializado;

7- O Presidente Juvénal Habyarimana que assume o poder entra por um golpe de Estado em 1973, implementou diversas reformas que resultaram na divisão do Governo, entre os hutus extremistas e os hutus moderados. Nesta sequência ocorreu o acidente aéreo no dia 6 de Abril de 1994, que causou a morte dos Presidentes do Ruanda e do Burundi. Os apoiantes de Habyarimana, não encontrando o responsável pelos assassinatos dos Presidentes, começaram a assassinar os membros da oposição, os dissidentes hutus, os tutsis e os hutus moderados, actos que ficaram conhecidos como o Genocídio do Ruanda, responsável na morte de mais de 800 mil pessoas;

8- A FPR aproveitando-se a fragilidade em que o Estado se encontrava lançou uma ofensiva para tomar Kigali, com o pretexto de defender a população, mas com os interesses ocultos pelo poder, que chegaram a conquistar em Julho de 1994.

Essa resenha defende e confirma que as causas profundas da eclosão do conflito no Ruanda foi inicialmente política e económica e, após a independência, somente política. O factor social foi confirmado no momento em que as autoridades, rádios e chefes locais das duas etnias incitavam a morte de membro uma e de outra, levando uma crise social, com um número de mortos bastante elevados. O factor étnico foi utilizado para justificar os interesses políticos das etnias.

## **Referências Bibliográficas**

- ARAÚJO**, C. R. de. (2012). O Genocídio de Ruanda e a Dinâmica da Inação Estadunidense. São Paulo. UNICAMP.
- BATISTA**, C. K. da S. (2010). Ruanda: Uma Análise da Ingerência Internacional em seus Conflitos Étnicos. Faculdade Damas. Caderno de Relações Internacionais
- BENY**, E. (2005). A Paz e a Guerra nas Novas Relações Internacionais. Lisboa. Novo Embondeiro.
- BERNARDO**, I. V. (2011). Genocídio de Ruanda: A Omissão Estadunidense sob as Lentes da Comunicação. França. Unesp.
- DELACROIX**, C., **DOSSE**, F., **GARCIA**, P. & **OFFENSTADT**, N. (2010). Historiographies: Concepts e Debats. Tomo II. Paris. Gallimard.
- NKUNDABAGENZI**, F. (1961). Le Ruanda Politique (1958-1960). Bruxelas. Ed. Centre de Recherche et d'Information Socio-Politique.
- FERREIRA**, P. M. (1998). O Conflito na Região da Grandes Lagos. Lisboa. Instituto Superior de Ciências sociais e Políticas.
- FONSECA**, D. F. da. (2010). Ruanda: Produção de Um Genocídio. São Paulo. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- GISELE**, M. A. (2011). O Cinema e o Ensino de História de África: Representações do Genocídio em Ruanda em 1994, a partir do Filme Hotel Ruanda, de Terry George. Irati. Secretaria de Estado da Educação de Paraná. – PR MAIO/2011.
- LEMARCHAND**, R. (2002). Le Genocide de 1972 au Burundi: Les Silences de l'Histoire. Cahiers d'Études Africaines.
- MOREL**, J. (2017). Au Rwanda en 1994, le Génocide des Tutsi a Déclenché la Guerre et non L'inverse.

- OLIVEIRA, G. C. de.** (2016) *Abordagens Pacifistas à Resoluções de Conflitos: Panorama sobre o Pacifismo Pragmático.* Lisboa. Universidade Autónoma de Lisboa.
- PABANEL, JP.** (1994). *Bilan de la Deuxième République Rwandaise : du Modèle de Développement à la Violence Générale.*
- RESENDE, A.** (2011). *Ruanda: Genocídio e Mídia- As Relações Internacionais e Comunicação Social.* Brasília.
- RIOS, F. apud CUNHA, P.** (2001). *Conflito e Negociação.* Edições ASA. Lisboa.
- SILVA, T. A. da.** (2016). *Guerra étnica, civil ou genocídio? Por uma história de Ruanda.* VIII Encontro Estadual de História.
- STRAUS, S.** (2006). *The Order of the Genocide. Race, Power, and War in Ruanda.* Cornell University Press. Ithaca.
- UFFORD, P. Q. V.** (2009). *Le Rwanda Et la Belgique, du mythe à la politique. Deuxième étude historique en préparation de la Conférence de la Réconciliation Belgique-Rwanda.*